

**STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGUROADORA S.A.**  
**CNPJ/MF 17.341.270/0001-69**  
**NIRE 35.3.0044743-3**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2018**

**DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 28 de setembro de 2018, às 14:00 horas, na sede social da Starr International Brasil Seguradora S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Paulista, nº 1.079, conjunto 161-B, 16º andar, Bela Vista, CEP 01311-200, ("Companhia").

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

**MESA:** Presidente: Sra. Cristina dos Santos Domingues; Secretário: Sr. Diego Oller Mont Serrath.

**ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre: **(i)** a alteração do endereço da sede da Companhia; **(ii)** a alteração do artigo 2 do Estatuto Social, em razão da eventual aprovação do item (i) acima; **(iii)** o aumento do capital social da Companhia; **(iv)** a alteração do artigo 5 do Estatuto Social, em razão da eventual aprovação do item (iii) acima; e **(v)** a reforma e consolidação do Estatuto Social, em razão da eventual aprovação dos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima.

**DELIBERAÇÕES:** Examinada a matéria constante da ordem do dia, os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social, deliberaram e decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o que se segue:

- (i)** Aprovar a alteração da sede social da Companhia da Avenida Paulista, nº 1079, conjunto 161-B, 16º andar, Bela Vista, CEP 01311-200, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para Avenida Paulista, nº 283, conjunto 142, 14º andar, Bela Vista, CEP 01311-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- (ii)** Em razão da deliberação aprovada no item (i) acima, alterar o artigo 2 do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

**"Artigo 2 - A Companhia tem sede e foro nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 283, conjunto 142, 14º andar, Bela Vista, CEP 01311-000."**



DUEP  
05.12.18

(iii) Aprovar o aumento de capital social da Companhia em R\$ 7.060.000,00 (sete milhões e sessenta mil reais), mediante a emissão de 7.060.000 (sete milhões e sessenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por um preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passando o capital social de R\$ R\$ 93.746.433,00 (noventa e três milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais) para R\$ 100.806.433,00 (cem milhões, oitocentos e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais), dividido em 100.806.433 (cem milhões, oitocentas e seis mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ora emitidas são integralmente subscritas e integralizadas nesta data pela STARR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., conforme indicado no Boletim de Subscrição constante no **Anexo I**. A sócia STARR INTERNATIONAL COMPANY, INC. expressamente concorda e anui com a subscrição e integralização do aumento do capital social ora levadas a efeito.

(iv) Em razão da deliberação aprovada no item (iii) acima, alterar o artigo 5 do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Artigo 5 – O capital social da Companhia é de R\$ 100.806.433,00 (cem milhões, oitocentos e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais), dividido em 100.806.433 (cem milhões, oitocentas e seis mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas."*

(v) Em razão das deliberações acima, reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar na forma do **Anexo II** da presente ata.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia geral, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

**ASSINATURAS: Presidente:** Sra. Cristina dos Santos Domingues; **Secretário:** Sr. Diego Oller Mont Serrath. **Acionistas:** Starr International Company, INC. (p.p. Cristina dos Santos Domingues) e Starr Brasil Participações Ltda. (Diego Oller Mont Serrath).

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 28 de setembro de 2018.



JUCESP

(Página de assinaturas da Assembleia Geral Extraordinária da Starr International  
Brasil Seguradora S.A., realizada em 28 de setembro de 2018)



**Cristina dos Santos Domingues**

Presidente da mesa



**Diego Oller Mont Serrath**

Secretário da mesa





**ANEXO I DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA  
STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.  
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2018**

**STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**  
CNPJ/MF 17.341.270/0001-69  
NIRE 35.3.0044743-3

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO (OUTRO BOLETIM)**

Boletim de subscrição relativo ao aumento de capital no montante total em R\$ 7.060.000,00 (sete milhões e sessenta mil reais), por meio da emissão de 7.060.000 (sete milhões e sessenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas da seguinte forma:

Subscritor	Ações ON	Preço de Emissão (em R\$)	Prazo de Integralização	Forma de Integralização
<b>STARR BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.</b> , sociedade limitada com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº. 283, conjunto 142 (parte A), Bela Vista, CEP 01311-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.213.414/0001-03, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº. 35.2.2578095-9, neste ato representada por seu Diretor DIEGO OLLER MONT SERRATH, brasileiro, casado, economista, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº. 283, conjunto 142 (parte A), 14º andar, Bela Vista, CEP 01311-000, portador da Carteira de Identidade RG nº 29.120.185-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 265.928.318-47.	7.060.000	7.060.000,00	Totalmente integralizadas	À vista, em dinheiro
<b>TOTAL</b>	7.060.000	7.060.000,00		

São Paulo, 28 de setembro de 2018.

  
**Cristina dos Santos Domingues**

Presidente da mesa

  
**Diego Oller Mont Serrath**

Secretário da mesa

**ANEXO II DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA  
STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.  
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2018**

**ESTATUTO SOCIAL DA  
STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**

**CAPÍTULO I – Denominação Social, Sede, Objeto Social e Duração**

**Artigo 1-** Sob a denominação de **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.** operará a sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

**Artigo 2** - A Companhia tem sede e foro nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 283, conjunto 142, 14º andar, Bela Vista, CEP 01311-000.

**Parágrafo único** – Por deliberação dos Acionistas, a Companhia poderá abrir ou encerrar filiais, escritórios, representações ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, obedecidas as normas legais e regulamentares.

**Artigo 3** – A sociedade terá como objeto explorar e operar, em todas as regiões do território nacional, seguros de danos e pessoas, podendo participar de outras sociedades como sócia ou acionista, de acordo com as previsões legais.

**Artigo 4** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II - Capital Social e Ações**

**Artigo 5** - O capital social da Companhia é de R\$ 100.806.433,00 (cem milhões, oitocentos e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais), dividido em 100.806.433 (cem milhões, oitocentas e seis mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

**Artigo 6** – Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de ações e/ou outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, proporcionalmente ao número de ações detidas por cada um na ocasião. Os acionistas terão prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência mencionado, a contar da publicação da resolução aprovando a emissão correspondente.

**Artigo 7** – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais, caso emitidas pela Companhia, não conferirão aos seus titulares o direito a voto, mas terão prioridade na distribuição de dividendos.



**Artigo 8** – Ações preferenciais deverão ser emitidas de acordo com as condições determinadas pelos acionistas em Assembleia, ficando estabelecido que em nenhuma hipótese pode a emissão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas pela Companhia.

**Artigo 9** – As ações de emissão da Companhia não terão valor nominal.

### **CAPÍTULO III – Assembleias Gerais**

**Artigo 10** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos primeiros 3 (três) meses seguintes ao término do exercício fiscal para deliberar sobre as matérias estabelecidas no art. 132, da Lei nº. 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, observados os dispositivos legais e normativos aplicáveis.

**Artigo 11-** As Assembleias Gerais deverão ser convocadas pela Diretoria ou por qualquer outra pessoa legalmente autorizada a fazê-lo.

**Parágrafo primeiro** – As convocações deverão ser realizadas de acordo com o que determina a lei, indicando a ordem do dia, data, hora e local em que ocorrerá a Assembleia.

**Parágrafo segundo** – Além das determinações do parágrafo anterior, os acionistas titulares de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia também poderão ser convocados mediante o envio de correspondência registrada com Aviso de Recebimento ("AR") ou, através de transmissão de fac-símile, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência da data da Assembleia, desde que assim o tenha solicitado por escrito, de acordo com o que dispõe o artigo 124, parágrafo terceiro, da Lei nº. 6.404/76.

**Parágrafo terceiro** - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procuradores devidamente constituídos.

**Artigo 12** – Salvo eventos de força maior, as Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede social da Companhia, e deverão ser dirigidas por mesa composta por um presidente e um secretário. O presidente da mesa deverá ser eleito pelos acionistas presentes e deverá, em seguida, indicar o secretário.

**Artigo 13** – Todos os assuntos submetidos à Assembleia Geral deverão ser aprovados pelos acionistas que representem a maioria do capital social votante, presente à Assembleia, exceto pelos listados abaixo, que deverão ser aprovados por no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da totalidade do capital social votante da sociedade:

- (a) aumentos de capital social;
- (b) aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, orçamentos



anuais e plano de negócios, incluindo qualquer revisão, alteração ou aditamento de tais documentos;

(c) participação da Companhia em outras sociedades ou grupo de sociedades e criação de qualquer subsidiária da Companhia;

(d) estabelecimento de diretrizes para política de investimento de recursos;

(e) aprovação, início ou negociações de compromisso referentes a qualquer estruturação societária ou reorganização societária, incluindo fusões, aquisições, incorporações, transformação, cisão ou associações empresariais;

(f) distribuição de dividendos;

(g) quaisquer dos assuntos listados nos itens I a IX do Artigo 136 da Lei nº. 6.404/76, e alterações introduzidas pela Lei nº. 9.457/97;

(h) dissolução ou liquidação da Companhia e nomeação de seu liquidante;

(i) eleição e destituição de membros da Diretoria;

(j) qualquer alteração na estrutura, poderes e competência da Diretoria;

(k) abertura de novos escritórios, filiais, representações ou outros estabelecimentos;

(l) criação de qualquer penhor, gravame, garantia ou ônus sobre quaisquer bens ou direitos da Companhia;

(m) criação de quaisquer garantias para garantir obrigações de terceiros (incluindo acionistas); e

(n) outorga de procuração para representação da Companhia.

## **CAPÍTULO IV - Administração**

### **Seção 1- Geral**

**Artigo 14** – Caberá à Diretoria a administração da Companhia.

**Parágrafo primeiro** – A remuneração dos membros da Diretoria deverá ser objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral.

**Parágrafo segundo** - A remuneração dos administradores deverá ser votada pelos acionistas.





**Parágrafo terceiro** – O prazo do mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, o qual será automaticamente prorrogado até a posse dos novos membros eleitos, sendo permitida a reeleição.

## **Seção 2 - Diretoria**

**Artigo 15** – A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois), e no máximo 10 (dez) membros, acionistas ou não, sendo um deles o Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no Brasil, todos eleitos pelos acionistas.

**Parágrafo primeiro** – A Diretoria é o órgão executivo da administração, devendo, em conformidade com as disposições contidas no presente estatuto, assegurar o funcionamento regular da Companhia, podendo, para tanto, praticar todos os atos e celebrar contratos que sejam relacionados ao objeto social, exceto aqueles que, por determinação legal ou por determinações deste estatuto, dependam de autorização prévia de outros órgãos da Companhia.

**Parágrafo segundo** – Somente após a homologação da Superintendência de Seguros Privados– SUSEP os membros da Diretoria poderão tomar posse, mediante a assinatura do termo de posse.

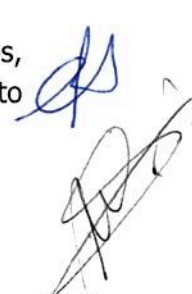
**Parágrafo terceiro** – No caso de falecimento, renúncia, incapacidade permanente ou ausência permanente de qualquer membro da Diretoria, deverá ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo de eleger seu substituto.

**Parágrafo quarto** – Caberá à Diretoria a responsabilidade e prática dos seguintes atos:

- (a) obedecer e assegurar a obediência a esse estatuto social, às deliberações dos acionistas, e à legislação em vigor;
- (b) a administração da Companhia, agindo e zelando para o cumprimento do seu objeto social;
- (c) a representação da Companhia, como autor ou réu, em juízo ou fora dele; e
- (d) submeter as demonstrações financeiras aos termos da lei aplicável.

**Artigo 16** – É vedado aos diretores e procuradores da Companhia a prática dos seguintes atos:

- (a) a concessão de garantias pela Companhia em favor de terceiros, relativamente a transações ou negociações não relacionadas ou contrárias ao objeto social; e





(b) atos de qualquer natureza relativos a transações ou negociações não relacionados ou contrários ao objeto social.

**Artigo 17** – A Companhia considerar-se-á legalmente representada e obrigada, em quaisquer negociações, mediante a assinatura de apenas 1 (um) Diretor.

**Parágrafo primeiro** - A aprovação ou assinatura, aditamento ou rescisão de qualquer acordo, compromisso, contrato, transação ou outro instrumento (ou uma série de acordos, compromissos, contratos, transações ou outros instrumentos relativa à mesma transação), que resulte em obrigação, dívida, perdas, responsabilidades, quitação, realização de despesas, disponibilização de qualquer bem, com relação à Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias, controladas, filiais, num valor igual ou maior que o equivalente, em moeda corrente nacional, na data do evento, a US\$ 10.000,00 (dez mil dólares americanos), ou qualquer promessa para a realização dos atos acima dependerá de aprovação prévia, por escrito, de acionistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Companhia.

**Parágrafo segundo** – A autorização de que trata o parágrafo primeiro acima independe da realização de Assembleia Geral, podendo ser concedida pelos acionistas através de correio eletrônico, carta simples, fac-símile ou qualquer outro meio de comunicação escrita aplicável.

## **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal**

**Artigo 18** – A Companhia terá um Conselho Fiscal, nos termos da lei, que funcionará durante os exercícios fiscais em que for instalado pelos acionistas.

**Artigo 19** – Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros, eleitos pelos acionistas, cabendo também aos acionistas, determinar a remuneração dos membros deste Conselho, que deverá satisfazer um mínimo requerido.

**Artigo 20** – Os membros do Conselho Fiscal, acionistas ou não, deverão ser residentes no Brasil, e deverão satisfazer todas as exigências legais, incluindo padrões mínimos de competência, como requerido por lei.

## **CAPÍTULO VI – Exercício Fiscal e Lucro**

**Artigo 21** – O exercício fiscal iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 22** – A Diretoria deverá apresentar balancetes mensais, bem como as respectivas demonstrações financeiras, ao final de cada exercício fiscal, como requerido por lei, utilizando as normas geralmente adotadas em conformidade com os princípios contábeis usualmente adotados no Brasil.



**Parágrafo primeiro** – As demonstrações financeiras deverão ser auditadas por uma empresa de padrão internacional, que mantenha uma filial ou subsidiária no Brasil, devidamente credenciada perante a Comissão de Valores Mobiliários.

**Parágrafo segundo** – Os acionistas deverão receber cópias das demonstrações financeiras e dos relatórios dos auditores.

**Artigo 23** – Do lucro líquido:

(a) 5% (cinco por cento) serão destinados a uma conta de Reservas Legais, que não deverá ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) o resíduo será distribuído aos acionistas proporcionalmente à quantidade de ações detidas, sendo o dividendo mínimo estabelecido em 25% (vinte e cinco por cento) do resíduo do lucro líquido da Companhia.

**Artigo 24** – A Diretoria poderá determinar dividendos com base no lucro apurado conforme balancetes mensais, bem como, poderá determinar dividendos intermediários, decorrentes de lucros ou reservas acumuladas, respeitadas as restrições legais.

**Artigo 25** – Os dividendos apurados com base no Artigo 24 acima ou pela Assembleia Geral deverão ser pagos dentro de 30 (trinta) dias a contar da data em que for deliberada a sua distribuição.

## **CAPÍTULO VII - Dissolução e Liquidação e Disposições Finais**

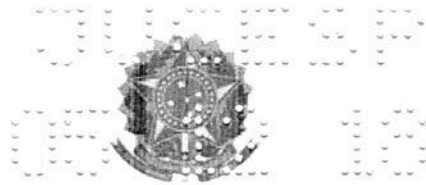
**Artigo 26** – A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**Artigo 27** - Nos casos omissos, serão aplicados ao presente Estatuto os dispositivos da Lei nº. 6.404/76 e posteriores alterações.

## **CAPÍTULO VIII - Foro**

**Artigo 28** - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente Estatuto Social.





**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**

PORTARIA SUSEP/DIORG Nº 1119, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2018.

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.633403/2018-82,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 17.341.270/0001-69, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de setembro de 2018:

I - Alteração do endereço da sede social para: Avenida Paulista, 283, conjunto 142, 14º andar, Bela Vista, CEP 01311-000, São Paulo - SP;

II - Aumento do capital social em R\$ 7.060.000,00, elevando-o para R\$ 100.806.433,00, dividido em 100.806.433 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

III - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DOS SANTOS (MATRÍCULA 1624107)**, **Diretor**, em 05/11/2018, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.susep.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0384235** e o código CRC **D67A4803**.